

PC também manipulou Orçamento

Sérgio Marques

JOSÉ PAULO TUPYNAMBÁ

BRASÍLIA — A Polícia Federal tem pelo menos duas provas de que PC Farias controlava a liberação de verbas do Orçamento para cobrar propinas. No inquérito recém-aberto sobre a construção da Hidrelétrica de Pirapama, na Bahia, a Polícia descobriu um cheque da construtora Queiroz Galvão depositado na conta da EPC um dia depois da liberação de dinheiro pelo Governo para a obra. O cheque, no valor de Cr\$ 12.260.000 (US\$ 44,9 mil), entrou na conta da EPC em 23 de maio de 1991. Consta no computador apreendido de PC que, um dia depois, foram liberados Cr\$ 121.560.000 (US\$ 445,3 mil) para a obra, tocada pela Queiroz Galvão e pelas construtoras OAS e Norberto Odebrecht.

Um perito da Polícia Federal, usando tabela do próprio computador, calculou que a propina foi de 13%. O esquema PC usava deflatores e o computador tinha uma tabela específica para a OAS. Para o setor de habitação, por exemplo, a construtora baiana pagava comissão entre 3% e 5%, enquanto para as outras obras a tabela era de 6%. A comissão cobrada em cada obra era chamada "CAF" — para a Polícia Federal, sigla que significa "Comissão dos Amigos do Fernando".

A Polícia espera agora os dados pedidos à Caixa Econômica Federal e ao Ministério do Bem-Estar Social sobre as liberações de recursos para a hidrelétrica, para se certificar da exatidão dos dados do computador de PC. Há ali o cronograma de desembolso de centenas de obras do Governo federal, de 1990 até 1993.

Outra ligação formal são os pagamentos da construtora Norberto Odebrecht para o esquema PC. A Odebrecht queria continuar a construção da Hidrelétrica



PC Farias, durante depoimento à CPI do Orçamento: ironias e arrogância

ca de Capanda, em Angola, mas enfrentava dificuldades para financiamento pelo Governo brasileiro. O Banco do Brasil emitiu parecer negativo à continuidade do financiamento, porque a dívida externa de Angola já era muito grande. Apenas em 1990 a Odebrecht pagou US\$ 2,42 milhões à EPC. O dinheiro serviu para liberar a continuidade do financiamento, mesmo com parecer contrário.

Não era só no Orçamento que PC onerava o contribuinte. Em

17 de setembro de 1990, a EPC recebeu um cheque de Cr\$ 60 milhões (US\$ 794,27 mil) da Rodonal — Associação das Empresas de Transporte Rodoviário Interestadual de Passageiros. No mesmo dia, a ex-ministra Zélia Cardoso de Mello assinou portaria reajustando as tarifas dos ônibus em 17,4%. O ex-presidente da Rodonal, Heloísio Lopes, afirmou à Polícia que pagou, no total, US\$ 3 milhões. PC cobrava da Rodonal para liberar os reajustes das tarifas.

Os crimes de PC Farias

BRASÍLIA - Paulo César Cavalcante Farias já foi indiciado em 24 dos 59 inquéritos abertos na Polícia Federal sobre o esquema de tráfico de influência. PC foi indiciado 56 vezes em 13 artigos do Código Penal, e também uma vez na lei do colarinho branco. Somente na investigação principal, chamado pelos policiais de "inquérito-mãe", PC está indiciado oito vezes.

Artigo	Descrição	Número de indiciamentos	Pena prevista
29	contribuir para a prática do crime	sete vezes	pode aumentar a pena em 50%*
71	cometer o mesmo crime várias vezes	uma vez	aumenta a pena em até dois terços*
171	estelionato	três vezes	um a cinco anos
172	emissão de duplicata simulada	12 vezes	um a cinco anos
288	formação de quadrilha	duas vezes	um a três anos
299	falsidade ideológica	11 vezes	um a cinco anos
304	uso de documento falso	duas vezes	três meses a dois anos
316	concussão (pedir vantagem indevida)	duas vezes	dois a oito anos
317	corrupção passiva	uma vez	um a oito anos
332	exploração de prestígio	três vezes	um a cinco anos
333	corrupção ativa	nove vezes	um a oito anos
343	corrupção de testemunha	uma vez	um a três anos
344	coação de testemunha	uma vez	um a quatro anos
21	lei 7492 (colarinho branco) sonegar ou prestar informação falsa	uma vez	um a quatro anos

*As penas previstas nos artigos 29 e 71 estão associadas a outros crimes. Observação: PC Farias será julgado separadamente em cada inquérito em que for denunciado à Justiça. A primeira condenação derruba sua condição de réu primário, ampliando as chances de sua prisão efetiva em caso de uma segunda condenação. Mesmo que seja condenado à pena máxima prevista em todos os artigos em que foi indiciado, PC não cumprirá mais de 30 anos de prisão, pena máxima aplicada no Brasil.